

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.910 - MG (2019/0353495-8)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : PAULO ANDRE FERREIRA ALVES
ADVOGADO : PAULO ANDRÉ FERREIRA ALVES - SP204993
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JOSE IRAN RABELO DE FREITAS JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de JOSE IRAN RABELO DE FREITAS JUNIOR, em face do acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, assim ementado (fl. 675):

HABEAS CORPUS – ASSOCIAÇÃO E FINANCIAMENTO DO TRÁFICO DE DROGAS – CERCEAMENTO DE DEFESA – NÃO COMPROVAÇÃO - ALEGAÇÕES PERTINENTES AO MÉRITO – IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE - REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – SUBSTITUIÇÃO POR OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES – INVIABILIDADE – PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP NITIDAMENTE PRESENTES - NECESSIDADE DE SE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA E A PAZ SOCIAL – CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – INSUFICIÊNCIA. Não havendo nenhum elemento indicando o suposto cerceamento de defesa, não é possível acolher este argumento. Não é possível, na via estrita do habeas corpus, o confronto das provas para se aferir a inocência/tipicidade da conduta do paciente, posto tratar-se de matéria de mérito que deve ser enfrentada na sentença, após regular instrução do processo. Sendo o tráfico de drogas, hodiernamente, o crime de maior preocupação das políticas de segurança pública, existindo nos autos fortes indícios de autoria e estando comprovada a materialidade quanto aos delitos de associação e financiamento do tráfico, a prisão preventiva, medida de exceção, se faz necessária para garantia da ordem e da saúde pública. Demonstrada a necessidade da prisão preventiva, verifica-se que as medidas cautelares não se mostram suficientes para garantir a efetividade do processo. Os atributos pessoais do paciente não podem prevalecer sobre a garantia da ordem pública.

Consta dos autos que o paciente teve sua prisão cautelar decretada em 21/8/2019, e foi denunciado pela prática do crime descrito no art. 35, *caput*, 36 c/c art. 40, III e V da Lei 11.343/2006.

Sustenta o impetrante, em síntese, ausência dos requisitos ensejadores da prisão preventiva.

Aduz, ainda, que houve cerceamento de defesa, pois *não tem acesso ao conteúdo investigatório do qual alicerçou a custódia do ora Paciente.*

Superior Tribunal de Justiça

deixando os apensos impossibilitados de acesso, como também não se encontra aportado aos autos até o presente, medida em que torna o procedimento nulo em absoluto.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a prisão preventiva ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

A pretensão trazida de declaração de nulidade processual pelo cerceamento de defesa é de caráter eminentemente satisfativo, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Além disso, no procedimento do *writ* a prova deve ser pré-constituída e incontroversa. A peça inicial veio desacompanhada de cópia do decreto preventivo, documento indispensável para o deslinde da controvérsia.

Resta, portanto, impossibilitada a análise da alegação da ausência dos requisitos ensejadores da prisão preventiva.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações, em especial para que seja enviada a cópia do decreto de prisão preventiva.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator